

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>VII</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>XI</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>XIII</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. O PROCESSO COMUNICACIONAL DO DIREITO E O PODER JUDICIÁRIO: INTÉRPRETE E PRODUTOR DE ATOS DE FALA .....</b>	<b>9</b>
1.1 Breves considerações sobre a teoria dos atos de fala: a organização social por meio da linguagem e suas funções.....	10
1.1.1 Atos de fala no direito: a diferença entre fazer qualquer coisa ao falar e fazer qualquer coisa em direito ao falar .....	13
1.2 O relato que transforma o evento em fato e o fato social em fato jurídico por meio da linguagem eleita pelo sistema do direito positivo .....	17

LIMITES AO ARGUMENTO ECONÔMICO NA PRODUÇÃO DE NORMAS JUDICIÁRIAS  
PELO STF EM CONTROLE CONCENTRADO E REPERCUSSÃO GERAL

1.3	A mensagem comunicada pelo direito em contato com a vida real através da linguagem produzida pelo Judiciário .....	20
<b>2.</b>	<b>NORMAS JURÍDICAS E O SISTEMA COMO REFERÊNCIA PARA O PROCESSO NOMOGENÉTICO</b>	<b>23</b>
2.1	Normas jurídicas em sentido amplo e em sentido estrito .....	26
2.1.1	Da abstração à concretude: o processo nomogenético e a norma judiciária .....	29
2.1.1.1	<i>O percurso gerador de sentido e o processo de produção de normas judiciárias coordenadas pelo sistema</i> .....	31
2.2	Normas de comportamento e normas de estrutura	35
2.2.1	O Supremo Tribunal Federal e o dever de obediência às regras de competência e estrutura .....	37
2.2.3	Controle de constitucionalidade pelo Supremo e a crescente vinculação dos efeitos das decisões com origem em controle difuso..	39
<b>3.</b>	<b>ORDENAMENTO, HIERARQUIA E SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL</b> .....	<b>47</b>
3.1	O que é sistema? .....	47
3.1.1	Ordenamento como sinônimo de sistema jurídico .....	49
3.1.2	A norma fundamental de Kelsen: o vetor comum do processo de criação normativo	52
3.2	Sistema jurídico como conjunto de normas – o contexto das normas .....	55

3.3	Validade e hierarquia das normas: a busca por um fundamento admitido pelo sistema.....	58
3.4	Sistema Constitucional Tributário e a tutela de direitos fundamentais .....	64
<b>4.</b>	<b>AS FRONTEIRAS IMPOSTAS À INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA.....</b>	<b>73</b>
4.1	As normas jurídicas produzidas pelo Poder Judiciário e os limites da atividade interpretativa....	78
4.2	A justificação e a fundamentação da decisão judicial como instrumentos de controle da produção normativa .....	84
4.2.1	O caso do Recurso Extraordinário 603.624/SC – Tema 325 da Repercussão Geral – a fundamentação não expressada no voto do Ministro Redator e a manutenção das contribuições ao Sebrae, Apex e ABDI sem suporte constitucional.....	88
4.2.1.1	<i>As contribuições destinadas a terceiros e a Emenda Constitucional n. 33 de 2001.....</i>	90
4.2.1.2	<i>A construção do julgamento do Tema 325 da Repercussão Geral: os argumentos que fizeram e não fizeram parte da fundamentação e justificação do voto vencedor..</i>	94
4.2.1.3	<i>De quem é o ônus? O argumento econômico expressado .....</i>	99
<b>5.</b>	<b>A DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS EXTRASSISTÊMICOS .....</b>	<b>103</b>
5.1	Os argumentos extrassistêmicos .....	108
5.2	O consequencialismo na decisão judicial.....	110

LIMITES AO ARGUMENTO ECONÔMICO NA PRODUÇÃO DE NORMAS JUDICIÁRIAS  
PELO STF EM CONTROLE CONCENTRADO E REPERCUSSÃO GERAL

5.3	Ativismo judicial e o papel do Judiciário na estabilidade da democracia .....	119
5.3.1	Ativismo judicial e a adoção de argumentos não jurídicos.....	120
5.3.1.1	<i>O fomento da atividade econômica interna e a exigência do IPI na revenda de produto importado sem a necessidade de qualquer beneficiamento – RE 946.648/SC, Tema 906 da Repercussão Geral .....</i>	125
5.3.2	A função jurisdicional na estabilidade da democracia .....	130
5.4	Argumento econômico como fundamento da decisão judicial em matéria tributária .....	133
4.1.3	O interesse Fazendário por trás do escudo da supremacia do interesse público.....	143
4.1.4	A “vontade da lei” e a proteção dos interesses fazendários nas múltiplas finalidades não previstas para a destinação da contribuição do art. 1º da LC 110/2001 – RE 878.313/SC – Tema 846 da Repercussão Geral.....	147
4.1.4.1	<i>Finalidades que deram origem à instituição da contribuição do art. 1º da Lei Complementar 110 de 2001.....</i>	149
4.1.4.2	<i>O caráter finalístico das contribuições como exigência constitucional e o exaurimento da finalidade da contribuição do art. 1º da Lei Complementar 110 de 2001 .....</i>	152
4.1.4.3	<i>A prescritividade da exposição de motivos .....</i>	156

ROBERTA FRANÇA PORTO

4.1.4.4 <i>O argumento econômico disfarçado na fundamentação que encontra múltiplas destinações para a contribuição social: “Em Direito, os fins não justificam os meios” ...</i>	157
<b>6. NOTAS SOBRE NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO VOLTADAS ÀS CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO JUDICIAL.....</b>	<b>165</b>
6.1 A existência de limitações sistêmicas às restrições dos efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo – art. 27 da Lei 9.868/1999 .....	165
6.2 A disposição do § 3º do art. 927 do Código de Processo Civil.....	171
6.3 Art. 21 da LINDB: o dever de transparência das decisões que invalidem ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa .....	173
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>189</b>